

# ***Demonização e afetividade na transição democrática brasileira: a sociologia da repressão de William da Silva Lima***

## ***Demonization and affectivity in the Brazilian democratic transition: William da Silva Lima's sociology of repression***

**Fabio Magalhães Candotti**

Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil

### **RESUMO**

O artigo propõe uma antropologia histórica em aliança com o pensamento de William da Silva Lima no livro *Quatrocentos contra um – uma história do Comando Vermelho*, publicado em 1991. Trata-se de uma obra geralmente enquadrada como um testemunho da experiência carcerária e uma narrativa da formação do “crime organizado”. Caminhando em outra direção, esse escrito é experimentado no artigo como a fonte de uma *sociologia da repressão* e de sua transformação no período histórico consagrado, no Brasil, pelo termo “transição democrática”. Após uma apresentação da linha de vida entre cárceres de Lima e de sua narrativa, são descritos os deslocamentos históricos definidos por ela e, por fim, a sua teoria sociológica da repressão e da *resistência*. Em resumo, o que essa teoria demonstra é, em primeiro lugar, uma transformação do sistema carcerário e da segurança pública no Rio de Janeiro, sintetizada na invenção de uma espécie de dispositivo de “crime organizado” cuja função estratégica é a *demonização* de pessoas presas e sua *luta pela liberdade*. Em segundo lugar, essa sociologia prisioneira oferece uma teoria a respeito daquilo que *mantém vivos e unidos* homens cujas vidas foram e são sistematicamente expostas à morte e separadas pela pelo *sistema*: a *afetividade*.

**Palavras-chave:** Polícia, Prisão, Ditadura Militar, Democracia, Afetividade.

---

Recebido em 17 de setembro de 2021.

Avaliador A: 07 de outubro de 2021.

Avaliador B: 01 de novembro de 2021.

Aceito em 15 de junho de 2021.

---



## ABSTRACT

The article proposes a historical anthropology in alliance with the thought of William da Silva Lima in the book *Four hundred against one: a history of the Red Command*, published in 1991. It is a work generally framed as a testimony of life in prison and a narrative of the making of “organized crime”. Moving in another direction, the article uses the book as the source of a *sociology of repression* and of its transformation in the historical period consecrated, in Brazil, by the term “democratic transition”. After a presentation of Lima’s lifeline in-between-prisons and a definition of his narrative, the historical shifts defined by him are described, and finally, the sociological theory of *repression* and that of *resistance*. In short, the theory demonstrates, firstly, the transformation of the prison system and public security in Rio de Janeiro, synthesized in the invention of a kind of “organized crime” device, whose strategic function is the *demonization* of people in prison and their *fight for freedom*. Secondly, this captive sociology offers a theory of that which keeps these men *alive and united*, whose lives have been/are systematically exposed to death and separated by the *system: affectivity*.

**Keywords:** Police, Prison, Military Dictatorship, Democracy, Affectivity.

*O preso é alguém tão despojado, tão despossuído, que sua conquista do direito à voz soa como anúncio da inevitável desestabilização, do caos, da insegurança coletiva. Já é uma rebelião em si. No inconsciente de nossa sociedade, a vontade mais disseminada é a da aniquilação do marginal. A garantia de sua sobrevivência soa como uma dádiva, e sua busca de dignidade aparece como um luxo. Mas por que sobreviver em condições subumanas? Essa era — e é — a questão.*

(William da Silva Lima, 1991)

## UM COMPANHEIRO DE PENSAMENTO

No dia 10 de fevereiro de 2020, em dezenas de bairros de Manaus, ouviram-se longas sequências de fogos de artifício<sup>1</sup>. “Parecia até ano novo!”, alguém comentou. Embora a data

<sup>1</sup> A primeira versão deste ensaio foi apresentada no GT 80 “Transições democráticas e controle social: repensando marcações temporais”, que ocorreu na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia. Agradeço às coordenadoras Taniele Rui e Líliliana Sanjurjo e aos debatedores Fabio Mallart, Desirée Azevedo e a Adalton Marques pelos comentários naquela ocasião. Agradeço especialmente ao último pela leitura da versão final do texto. A elaboração do artigo foi possível pelo apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Pró-Reitoria

marcasse precisamente os 40 anos do Partido dos Trabalhadores (PT), comemorava-se outro acontecimento avermelhado: uma reconfiguração das alianças de coletivos do crime, com adesão quase total ao Comando Vermelho (CV). No mesmo dia, após horas de tensão entre familiares de pessoas presas, temerosas por mais um “massacre”, um discurso tranquilizador vazou de dentro do mais importante presídio masculino da cidade:

Os líderes acharam melhor ter a paz. Tanto dentro quanto fora do sistema. Nós tinha tudo e acabamos praticamente com nada, por conta dos teleguiado. Ninguém tá ganhando nada com a guerra, ao contrário. Ninguém se acovardou, simplesmente fechamos a aliança. Não foi nenhum de nós que tomou a decisão. Foi deles. O pedido veio das ruas. Ninguém dá assistência a nada. Nem energia a gente tem, que é um direito nosso. Até segunda ordem, vamos manter o respeito e disciplina. Somos todos sujeitos homens. Estamos sendo transparentes. (TOMADA..., 2020)

A fala expressa mais uma “união” contra situações insuportáveis dentro de prisões. Desde 2017, com a segunda ascensão da Polícia Militar (PM) ao comando da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Amazonas, o dispositivo de controle e tortura dentro das unidades da capital adquiriu nova potência. Sob a justificativa de impor “segurança” e “disciplina” em prisões supostamente “dominadas” por facções criminosas, aos poucos, todos os ditos “privilégios” de pessoas presas foram cortados, desde a circulação pelos pavilhões até a entrega de mantimentos por familiares, incluindo medicamentos. A fiação elétrica foi retirada das celas e de muitos pavilhões inteiros, o que também significou a ausência dos ventiladores que ficavam no teto dos corredores, numa cidade conhecida pelo calor. Canis foram construídos e um “Grupo de Intervenção Prisional” foi criado para reprimir fugas e revoltas, passando a atuar no cotidiano prisional. Um regime intensificado de castigos coletivos foi instituído (CANDOTTI, 2022).

Mas o discurso que vazou de dentro de uma prisão amazonense em 2020 compõe não somente um acontecimento particular ao campo de batalhas carcerário amazonense e aos coletivos criminais e policiais. Junto com os fogos de artifício e a ironia histórica da data, também expõe a importância atual do sistema carcerário na vida coletiva brasileira. Ou, mais do que isso, a centralidade das relações entre prisão, polícia, justiça e crime no país. Essa relevância pode ser percebida inclusive na ascensão à presidência da república de um homem que ganhou espaço institucional como representante público da Polícia Militar – e de suas milícias – e como defensor da tortura carcerária e da ditadura militar.

Assim, se as prisões e a PM já mereciam destaque quando, por décadas, coletivos

políticos e intelectuais insistiam na pergunta “o que resta da ditadura?”<sup>2</sup>, hoje, quando se coloca como questão “o que resta da democracia?”, parece ainda mais oportuno fortalecer um debate histórico sobre o campo de batalhas carcerário-policial, “desafiando marcações temporais convencionadas e preferindo tomá-las como problema de pesquisa”<sup>3</sup>.

Justamente neste momento, quando se reelaboram e se intensificam as estratégias e táticas discursivas de contraposição de narrativas contra e a favor da ditadura militar, vale notar a presença de uma narrativa bastante consensual, retomada em posições de todos os lados do espectro “político”. Trata-se, curiosamente ou não, da história do próprio CV, tal como contada, precisamente, ao longo dos últimos 40 anos. Segundo essa narrativa, esse coletivo teria surgido da “convivência” entre “presos políticos” e “presos comuns” durante os anos 1970, num presídio específico, o Instituto Penal Cândido Mendes, em Ilha Grande, no estado do Rio de Janeiro. Essa narrativa serve, por um lado, para responsabilizar os velhos “subversivos” pela construção de um monstro perverso; por outro, demonstra que os “presos comuns” foram dotados de uma capacidade organizativa perigosa. Sem dúvida, ela também alimentou por algum tempo, em posições mais à esquerda, certa esperança de uma “consciência política”, quicá “revolucionária”, entre membros de coletivos criminais.

Diante dessa narrativa relativamente consensual, este ensaio oferece uma história distinta e quase tão antiga quanto a primeira. Uma outra verdade, elaborada a partir de outros critérios e experiências, baseada em um escrito relativamente bem conhecido no campo acadêmico de estudos carcerários e criminais (BARBOSA, 1998, 2019; HIRATA, 2018). Um livro que permanece, contudo, deveras ignorado, quando o assunto é a história da ditadura militar e do que se convencionou chamar de “transição democrática” brasileira. Trata-se do livro *Quatrocentos contra um – uma história do Comando Vermelho*, escrito por William da Silva Lima e publicado pela primeira vez em 1991 pelo Instituto de Estudos da Religião - Iser (LIMA, 1991), que ainda ganhou novas edições nos últimos 20 anos, sendo uma delas lançada junto ao filme, quase homônimo, *400 contra 1 – uma história do crime organizado*, dirigido por Caco Souza (2010), que já havia lançado o curta *Senhora Liberdade* (2004), totalmente dedicado às palavras de Lima<sup>4</sup>.

Poeta e escritor nascido em 1942 em Recife, Lima faleceu em 31 de julho de 2019, aos 76 anos, no Rio de Janeiro, cumprindo pena em regime aberto,

---

2 Sobre isso, ver, por exemplo, o livro organizado por Edson Teles e Vladimir Safatle (2010).

3 O trecho é parte do resumo do grupo de trabalho onde a primeira versão deste texto foi apresentada. Ver nota 2.

4 O curta está disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=sqi\\_wykKBmQ](https://www.youtube.com/watch?v=sqi_wykKBmQ). Acesso em 25 out. 2020.

com uma tornozeleira eletrônica presa a seu corpo (FERNANDES, 2019). Quando escreveu o livro, estava foragido, ou melhor, vivia *na clandestinidade*<sup>5</sup> – como ele mesmo disse. Ao publicá-lo, já estava preso novamente e havia sido localizado sozinho no topo de um organograma do CV publicado numa reportagem especial que divulgava um estudo do Instituto Superior de Investigação Criminal encomendado pela ONU (“COMANDO”..., 1991). Pessoa, portanto, “ilustre” para o mundo da Justiça e da segurança pública nacional e internacional, conhecido pela polícia e pela administração carcerária como “Professor”<sup>6</sup>. “O Comando Vermelho é fruto de uma mística. O William, por exemplo, se destaca por ter lido bastante Marx. Ele tentou aplicar os ensinamentos à organização de bandidos, mas sem muitos resultados” – palavras do secretário de Polícia Civil, na mesma página de jornal que, na sequência, exhibe a reportagem “Criminosos aprenderam a se organizar com presos políticos” (IBID.).

Este ensaio presta homenagem à vida e ao pensamento de Lima e dá alguma continuidade a um projeto marginal de pesquisa interrompido há uma década<sup>7</sup>. Recentemente, após sua morte, o livro foi objeto de uma reflexão e de uma homenagem antropológica importante por parte de Barbosa (2019), que discute longamente sua noção de *comportamento*, considerando-a o conceito central de uma teoria política “prisoneira”. Aqui, proponho-me a pensar a respeito de sua sociologia política e histórica. Mas não uma sociologia histórica do CV, muito menos do “crime organizado”. Trata-se, no mínimo, de uma sociologia da transformação da maquinaria policial-prisional-jurídica. Mas é possível ir além e propor que o livro de Lima seja lido como uma sociologia da transformação da *repressão*, palavra tão cara à luta das esquerdas contra a ditadura que adquire um outro sentido aqui. O local é o estado do Rio de Janeiro, mas a teoria (como toda boa teoria sociológica) extrapola suas fronteiras. O período corresponde em suas datas – que proliferam no texto – a todo o regime militar e a outro período cuja demarcação já não interessava ao autor. A última data escrita é 1986; depois disso, a *clandestinidade*, vivida em 19 lugares diferentes em apenas quatro anos (LIMA, 1991, p. 106). Talvez não seja por acaso que a palavra democracia e suas variações simplesmente não apareçam na narrativa.

5 Utilizarei o itálico exclusivamente para termos que podem ser tomados como conceitos centrais de Lima. As citações de trechos de sua obra seguirão o padrão convencional.

6 Segundo o próprio Lima, a alcunha foi dada apenas pela administração, não possuindo “vulgo” entre a massa (Cf. SOUZA, 2004).

7 A pesquisa consistia numa linha aberta por minha tese de doutorado (CANDOTTI, 2011) e seria voltada à emergência simultânea do encarceramento em massa e da redemocratização, em um contexto de transformações do que chamei de “dispositivo de participação”. Esse estudo, de certa maneira, faz par com outro ensaio, dedicado a analisar esse dispositivo ao lado do pensamento do rapper Tupac Shakur ou 2Pac (CANDOTTI, 2012).

A proposta deste ensaio é elaborar uma antropologia histórica dessa sociologia prisioneira, ou seja, uma experiência de pensamento aliada à – e não sobre a – perspectiva de Lima<sup>8</sup>. No primeiro momento, realizo uma apresentação da linha de vida<sup>9</sup> de Lima e uma tentativa de definição da natureza de sua narrativa, sempre com base nos próprios termos da obra. Na segunda parte, persigo a própria narrativa, buscando pontuar os deslocamentos históricos que ela expõe. Para isso, farei breve referência a algumas reportagens do jornal *O Globo*, que não serão citadas nem para ilustrar, nem para contextualizar a narrativa principal, mas na posição que ela lhes confere: como matérias organizadas por estratégias discursivas. A partir disso, na última parte, defino a teoria sociológica de Lima sobre a *repressão* e sobre a *resistência* a ela. Em resumo, o que ela demonstra é, em primeiro lugar, uma transformação do sistema carcerário e da segurança pública no Rio de Janeiro, sintetizada na invenção de uma espécie de dispositivo de “crime organizado” cuja função estratégica é a “demonização” de pessoas presas “em confronto contra a repressão” e na “luta pela liberdade” (IBID., p. 47). Em segundo lugar, voltando à reflexão de Barbosa (2019), essa sociologia prisioneira oferece uma teoria a respeito do que *mantém vivos e unidos* homens cujas vidas foram/são sistematicamente expostas à morte e separadas pela *repressão*: a *afetividade*.

Busco, com isso, aceitar o convite feito por Marques, em sua genealogia da segurança pública e do dispositivo carcerário paulista:

[...] já é tempo de nos livrarmos do desafio de democratizar os presos ou, o que dá no mesmo, torná-los cidadãos. Talvez sejam eles, alçados à posição de companheiros de pensamento, que podem nos ajudar a livrar a democracia e os direitos humanos de suas prisões conceituais. (MARQUES, 2018, p. 187).

## UMA LINHA SOBREVIVENTE, MUITAS LINHAS FINDAS

Quando escreveu o livro, Lima já havia passado 23 de seus quarenta e poucos anos de vida dentro de prisões. Em 1961, foi detido pela primeira vez, com 17 anos de idade, e levado ao Recolhimento Provisório de Menores de São Paulo, na avenida Celso Garcia<sup>10</sup>. Em 1963, com 19 anos, foi parar no

<sup>8</sup> A proposta se aproxima de outros estudos antropológicos realizados nas últimas décadas no Brasil com pessoas presas e envolvidas no crime (BARBOSA, 1998; MARQUES, 2014; BIONDI, 2018).

<sup>9</sup> No sentido elaborado por Ingold (2011).

<sup>10</sup> Lima faz questão de dizer os nomes das ruas, que em tantos lugares terminam por nomear as próprias prisões.



presídio Esmeraldina Bandeira no Rio de Janeiro, então conhecido como Bangu. Em 1964, já estava no Lemos de Brito, na rua Frei Caneca. Conseguiu a liberdade em 1965, mas em pouco tempo *voltou* para Bangu. “Às vésperas de 1968”, passou para a Milton Dias Moreira, local “especialmente construído há poucos anos para receber os presos políticos que aguardavam anistia” (LIMA, 1991, p. 11). Por conta da publicação de um jornal, em 1971 seguiu o caminho dos mesmos presos e foi levado para o Instituto Penal Cândido Mendes ou simplesmente Ilha Grande, “fim de linha do sistema, caminho sem volta” (IBID., p. 31).

Dessa primeira vez, no entanto, o caminho teve volta. Lima ficou poucos meses por lá, ganhando liberdade de novo. Em pouco tempo, já estava na famosa e temida Casa de Detenção de São Paulo, o Carandiru, onde ficou um ano e oito meses. Havia sido condenado à revelia pela Justiça paulista. Novamente em liberdade, voltou ao Rio e começou a assaltar bancos. Foi preso e, dessa vez, levado ao Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), na rua Barão de Mesquita, onde foi torturado. Depois foi conduzido ao Departamento de Ordem Política e Social (Dops), na rua da Relação, onde ficou três meses. De lá foi transferido ao presídio Hélio Gomes, também conhecido como PP, “uma espécie de centro de triagem de grandes dimensões” (IBID., p. 42). Por conta de uma tentativa de fuga – uma de tantas frustradas – foi “ferido a tiro na mão, semidesacordado de paulada, enrolado num cobertor” e, assim, teve sua “primeira entrada no hospital do sistema penitenciário” (IBID., p. 44). O autor diz que era 1975, mas, de repente, está de novo em 1974, *de volta* a Ilha Grande. A linha do tempo se torna confusa, repleta de indefinições, em meio às idas e vindas entre os cárceres. Rapidamente, Lima já está em Água Santa, “uma cópia daquelas cadeias americanas que a gente vê nos filmes: do centro o guarda controla tudo” (IBID., p. 61). Um prédio sem muros externos, sem banho de sol. Após greves de fome, mortes e a visita de uma comissão da Justiça estatal, é transferido de novo para a Milton Dias Moreira, agora num andar isolado, eternamente iluminado, que havia sido desativado por pressão da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Já estamos na décima quarta “passagem” de nosso autor por unidades carcerárias. De novo, não demorou muito para ser levado à Água Santa e, de lá, *de volta* a Ilha Grande.

O tempo continua sendo narrado em períodos curtos, agora sem referências a datas. De repente, era o Natal de 1979. “1980 começou melhor. Fugiu. Quase sem querer” (IBID., p. 81). Depois de dez meses, foi “reconhecido na rua” e preso mais uma vez, *voltando* à Água Santa. “Mas estava vivo. Podia fugir novamente” (IBID., p. 85). Passaram-se oito meses e estava *de novo* na Milton Dias Moreira, onde participou de outra tentativa de fuga frustrada. O que o

levou *de volta* a Ilha Grande, onde conhece sua companheira de vida, Simone<sup>11</sup>, que trabalhava como estagiária do Departamento do Sistema Penal do Rio de Janeiro (Desipe). Conta que “conseguiu uma descida para o continente”, na PP – mobilidade comum, ligada a audiências e outros ritos do sistema de justiça. Em 1985, conquistou a condição de “colono livre” na ilha e passou a morar com Simone. Um ano depois, acusado de envolvimento numa tentativa de fuga, foi transferido *de novo* para Água Santa. Ficou lá por muito pouco tempo e, com o esforço de sua companheira, conseguiu a transferência para o semiaberto de Bangu. No dia em que ia, enfim, assinar os papéis da condicional, foi algemado e levado para o Esmeraldina Bandeira, “de tantas lembranças”, em “regime de tranca” (IBID., p. 103).

Que fazer? Arriscar a ser recambiado de uma hora para outra, sem maiores explicações, para um presídio qualquer? Jamais. Nessa altura da vida, retornar à tranca, sem perspectivas claras, nem que fosse por um dia, seria uma coisa sem pé nem cabeça. Fugi. E vivo foragido até hoje. (LIMA, 1991, pp. 103-104).

Entre 1961 e 1986, ou seja, em 25 anos, Lima passou por pelo menos 12 instituições, numa circulação que totaliza 22 momentos distintos de reclusão. A paisagem do livro é esse arquipélago carcerário, e o roteiro da narrativa é o das chegadas, saídas, fugas e transferências<sup>12</sup>, dos longos dias nas “surdas”<sup>13</sup>. Nas ruas, somente breves histórias de amigos que morreram perseguidos pelas polícias. O que não falta são histórias de fugas; ou tentativas, ao menos. Talvez seja possível falar numa linha de vida entre cárceres, atravessada pelas linhas de segmentação carcerárias – das mais duras às mais flexíveis – e emaranhada por muitas linhas finas, interrompidas, finadas (MALLART, 2021; DELEUZE, GUATTARI, 1996). Através desse roteiro de viagens forçadas e conquistadas, Lima faz aquilo a que se propôs.

Parte de minha vida é redundante – tenho uma profissão, família, filhos pequenos, desejos – e por isso não merece ser contada. Outra parte – os sonhos que não sonhamos, talvez os mais verdadeiros – se passa naquelas regiões de nossa alma onde nenhuma palavra nunca pisou; desconhecida de todo, ou de quase todo, não pode ser contada. Resta pouco: explicar como e porque vivi até hoje, na maior parte do tempo,

11 Simone Barros Correa de Menezes é uma reconhecida militante por direitos humanos e fundadora da Associação dos Familiares e Amigos de Presidiários do Estado do Rio de Janeiro (Afap).

12 O tema da circulação entre espaços de reclusão tornou-se bem conhecido e prestigiado nos estudos brasileiros sobre prisões somente na última década. Ver, por exemplo, Godoi (2017), Mallart e Rui (2017), Mallart (2021), Padovani (2018), Bumachar (2016).

13 Nome dado, no livro, às celas utilizadas como forma de castigo dentro das prisões. São espaços de isolamento intensificado, seja em relação à comunicação com outros presos e familiares, seja em relação ao acesso a coisas básicas como alimentação, água, papel higiênico, remédios etc. São também celas de espancamento e ameaças. Em suma, são espaços de tortura intensificada que possuem nomes diversos, a depender do lugar. Sobre isso, ver Mallart (2019).



sem nome, sem profissão e sem ver minha família, tendo na violência a maneira de sobreviver entre os homens” (LIMA, 1991, p. 16).

Marcado pela falta das qualidades que definem pessoas *livres*, inclusive diante de certos poderes (nome, profissão, filiação), e marcado pela *violência* sofrida e protagonizada durante uma vida entre cárceres, o autor decidiu converter em escrita “o mesmo pensamento, tantas vezes compartilhado: alguém precisa contar” (IBID., p. 16). Contudo, “um a um – sistematicamente, regularmente, implacavelmente – foram morrendo” e já não podiam mais “oferecer o seu testemunho” (IBID., p. 15). Livro-testemunho de um sobrevivente, portanto – como tantos outros (por exemplo, SOLJENITSIN, 2019 e JOCENIR, 2001). De um homem de pele clara, por sinal – de modo que não surpreende que a narrativa seja centrada na vida de homens e que não faça referência ao racismo<sup>14</sup>. É também um livro-obituário, que fez questão de contar, enumerando e descrevendo, um pouco da vida e de cada um dos momentos de morte de seus *companheiros*, seus *melhores amigos*: Saldanha, Nanai, Mimoso, Néelson, Aché, Caô, Alkmin, Baianinho, Janu e outros. Uma linha sobrevivente em meio a muitas “linhas findas” (MALLART, 2021).

É igualmente um livro de histórias que valorizam e iluminam a maneira como “a vida na prisão acaba por ser regulada, de forma mais efetiva, por mil e uma estratégias, em que a astúcia de presos e guardas desempenham o papel central” (LIMA, 1991, p. 72). Daí que proliferem descrições daquilo que até hoje parece importar para pessoas presas e seus familiares, seja em histórias de *sofrimento*, seja em narrativas de *liberdade*, seja nas denúncias de “violações de direitos”: o material bruto e ao mesmo tempo muito vivo do cárcere. Nenhum acontecimento parece ser passível de narração sem que apareça a qualidade das coisas: as paredes da “surda” manchadas pelo sangue dos percevejos; a chapa de ferro do camburão superlotado separando *da vida*; o “excesso de ferro usado na construção” (IBID., p. 61); as folhas de jornal de mil e uma utilidades; uma linha “de preferência preta e forte” para fazer uma “teresa” (IBID., p. 73); a serra minúscula colocada dentro de um sabão, “sem deixar vestígio” (IBID., p. 68). “Coloco o

---

14 Lima é um homem de pele clara. A mãe era “filha de índia e de camponês” que, “ainda adolescente”, num percurso comum no Brasil, “fora mandada morar em Recife, na casa da família de meu futuro pai (LIMA, 1991, p. 19). Talvez o testemunho de seus “companheiros” negros, como Saldanha, marcasse de maneira central a diferença/desigualdade racial, sobretudo na relação com “presos políticos” e com a administração carcerária e a repressão policial. É possível que o fator racial tenha sido importante para a sobrevivência de Lima. O filme 400 contra 1 mostra a desigualdade, ainda que implícita, reproduzindo também a subalternidade negra de algumas maneiras que não cabe discutir aqui. No entanto, numa espécie de posfácio à edição de 2001, intitulado “A volta”, Lima nos diz: “todos são responsáveis pelos caminhos percorridos pelos filhos da nossa terra, todos carregam uma parcela de culpa pela omissão, pela apatia, pelo descompromisso, pela intolerância, por se acharem não-negros, não-deficientes, não-pobres, não-homossexuais, não-latinos” (LIMA, 2001, p. 125).

ouvido no batente da cama de concreto e consigo escutar o reco-reco da serra que, no cubículo vizinho, corta o ferro da escada que fica fixa no beliche” (IBID., p. 11) – são essas, não por acaso, as primeiras palavras do livro.

O ponto, aqui, é como essa narrativa da ditadura e daquilo que se chamou no Brasil de “transição democrática” é elaborada através de descrições que fazem ver e sentir uma espécie de micropolítica detalhada sobre as relações de força mais ordinárias de uma vida que não se reduz ao cárcere, ainda que seja definitivamente marcada por ele. Uma micropolítica que faz ver e sentir a vida humana pulsando forte junto com o material carcerário, com suas potências guardadas – a própria prisão desfeita e refeita em espaço de fuga tantas vezes: “fazer a ocasião” (IBID., p. 50). Tudo muito longe da redução da vida à mera sobrevivência biológica. Proliferam, sim, afecções, afetos e saberes próprios de uma sobrevivência política complexa, carregada de ambiguidades, contradições e tensões internas; de um coletivo de presos e seus corpos políticos em *guerra* contra um inimigo nomeado como *o sistema* e, principalmente, como *a repressão*.

## A NARRATIVA

Em 1964, Lima estava na Lemos de Brito quando chegaram os primeiros “presos políticos” da nova ditadura militar: militantes sindicais e principalmente sargentos e marinheiros. Até aí, nenhuma novidade.

Presos comuns têm, no mundo inteiro, certa tradição de adesão a movimentos revolucionários. Aqui no Brasil, por exemplo, a massa carcerária extraiu muitas lições do contato havido na década de 1930 com os membros da Aliança Nacional Libertadora encarcerados na Ilha Grande. Quando os presos políticos se beneficiaram da anistia que marcou o fim do Estado Novo, deixaram nas cadeias presos comuns politizados, questionadores das causas da delinquência e conhecedores dos ideais do socialismo. Essas pessoas, por sua vez, de alguma forma permaneceram estudando e passando suas informações adiante. Sua influência não foi desprezível. *Na década de 1960 ainda se encontravam presos assim*, que passavam de mão em mão, entre si, artigos e livros que falavam de revolução. (LIMA, 1991, p. 27-28, grifo nosso).

Esse contato tradicional com os chamados “presos políticos” rendeu a Lima uma carta de recomendação para trabalhar numa gráfica e editora de esquerda no primeiro de seus breves momentos de liberdade, ainda nos anos 1960. O empreendimento fechou e ele voltou à prisão. Em maio de 1969, uma ação armada promove a fuga de nove “presos políticos” na Lemos de Brito, ganhando a manchete de jornais:

[...] Foi o mais audacioso plano de fuga já executado contra uma cadeia no Brasil. Até aí, fatos. Depois, como sempre, o delírio: segundo *O Globo*, estava montada na Lemos de Brito a “Célula Comunista Encouraçado Potemkin”. (LIMA, 1991, p. 30).

O evento tem desdobramentos importantes. O primeiro foi a transferência dos “presos políticos” de diversas unidades para Ilha Grande, local “há muito tempo [...] associado ao sofrimento dos homens” (IBID., p. 34), do desembarque clandestino de escravos, passando pelo isolamento de pessoas contaminadas com cólera, até se tornar uma “colônia correcional”. Lugar temido, ao qual era atribuído, então, a frase que algum dia passou a definir qualquer cadeia: “lugar onde o filho chora e a mãe não vê” (IBID., p. 31); local também de punição para guardas “problemáticos”. “Foi para todos um choque”, “modificou nossa rotina” (IBID., p. 31). Em resposta, na Milton Dias Moreira reorganizaram o time 25 de Março – data do levante dos marinheiros. E, com apoio do secretário de Justiça, elaboraram um jornal – *Nossa Voz* – ainda aproveitando um contexto que começava a se desfazer. O fato levou, talvez pela primeira vez, o nome e uma foto de Lima a uma reportagem de jornal em 1970 (JORNAL..., 1970) – “Caíramos numa armadilha” (LIMA, 1991, p. 31). Não se sabe o que escreveram, mas foi uma justificativa suficiente para enviar “presos comuns” para Ilha Grande.

“Mas o maior inimigo da massa da Ilha Grande era, na época, ela mesma, que estava dividida e dominada pelo terror” (IBID., p. 37). Lima lembra do cemitério, da fabricação de caixões e dos laudos cadavéricos assinados por “um antigo refugiado nazista” (IBID., p. 37). Como já dito, a primeira passagem por lá foi curta. Depois, passou pelo Carandiru, voltou ao Rio de Janeiro e começou a carreira de assaltante de bancos. Preso, é levado para o DOI-CODI e torturado – choques, pau-de-arara – por quatro dias, tal qual um “preso político”, até compreenderem que não se tratava de um “subversivo”. Passou, em seguida, três meses no Dops. Mesmo não sendo “políticos”, ele e outros ganham novo tratamento: são submetidos, em nome da “isonomia”, a todos os rigores da Lei de Segurança Nacional pelo simples fato de terem assaltado bancos. “Ambiguidade” que se tornou a “marca registrada, inclusive do ponto de vista subjetivo”, daqueles prisioneiros, enquanto a “marca objetiva era a situação de isolamento” (IBID., p. 45). O “trágico destino” de seu grupo foi, para Lima, definido por esse enquadramento.

É precisamente nesse retorno a Ilha Grande que algo novo acontece e determina em muito a maneira como essa “ambiguidade” ganharia importância. Os presos do começo da ditadura haviam sido “gradativamente liberados, a partir de 1971” (IBID., p. 45). Por outro lado:

Depois de permanecer algum tempo em quartéis militares, a maioria dos presos

oriundos das organizações armadas dos anos 70 também tinha regressado à Ilha Grande. Alegando incompatibilidade de hábitos e de ideologias, eles pediram que a galeria fosse dividida, o que foi feito, cabendo a nós a parte conhecida como Fundão. [...] [E]les não se misturavam, rompendo assim, talvez sem saber, uma velha tradição das cadeias, em que revolucionários e presos comuns, ao compartilharem o mesmo chão e o mesmo pão, cresciam juntos num mesmo ideal. Tinham suas razões, mas não éramos obrigados a aceitá-las.

Para esvaziar a luta pela anistia, a ditadura negava a existência de presos políticos no país. Nesse contexto, interessados em garantir sua visibilidade para a opinião pública nacional e internacional, os membros das organizações armadas dos anos 70 lutavam para isolar-se da massa, comportamento considerado elitista por nós. Seu discurso era coerente, mas frágil: a existência ou não de presos políticos no Brasil não seria uma questão decidida pelo fato de eles estarem isolados, mas pela força do movimento de oposição à ditadura. O desejo de isolamento indicava, entre eles, a hegemonia da classe média, cujos espaços de reintegração no sistema voltavam a se abrir, no contexto da política de distensão do regime. Nós não tínhamos essa perspectiva, nem nos seria dada essa chance.

[...] Terminara o período de cooperação entre os dois coletivos. “Existem trinta presos políticos na Ilha Grande”, escreviam em seus documentos. “Somos noventa presos proletários”, respondíamos, com uma ponta de mágoa e provocação. (LIMA, 1991, p. 45-48).

A citação é longa, mas importante. Nesse ponto da história, emerge um acontecimento que, apesar de tão bem narrado num livro tantas vezes reeditado e até mesmo filmado, parece ter sido reiteradamente soterrado no terreno do impensável. É um acontecimento que muito provavelmente repetiu-se em tantos outros lugares, Brasil adentro. Tratados pelo sistema com “isonomia”, os “LSN” *proletários* são assim reconstituídos, subjetiva e objetivamente, ali, em Ilha Grande, também por uma estratégia dos “presos políticos”.

Mas foi justamente nessa situação que, em 1974, isolados no Fundão, conseguem “unidade praticamente total” fundada em medidas simples de sobrevivência como a “proibição de qualquer ato de violência de preso contra preso” – uma “verdadeira revolução cultural na cadeia” (IBID., p. 49). Conquistam, assim, “um mínimo de estabilidade” (IBID., p. 49): “Até então não criáramos raízes, pois estávamos sempre de passagem em alguma unidade do sistema, jogados daqui para ali, como coisas” (IBID., p. 53). Pautam lutas por melhorias: “contra os espancamentos, pela abertura dos cubículos ao logo dos dias [...] e pelo respeito aos nossos visitantes”, que “estavam submetidos a um verdadeiro massacre” (IBID., p. 49). Diante da morte de dois presos que tentaram fugir, conseguem enviar uma denúncia formal com 290 assinaturas – com a “ajuda” dos presos políticos, que não parecem ter assinado. Guardas e integrantes da PM são punidos, o que provoca “um acirramento do ódio que os agentes da repressão nutriam contra nós”, aumentando “o controle e os conflitos, e, com eles, nossa disposição para fugir a qualquer preço” (IBID., p. 54).

A narrativa, nesse momento, marca o tratamento desigual em meio à intensificação

das relações de força com a administração carcerária. Numa das tantas tentativas de fuga, três pessoas do grupo de Lima aproveitaram uma audiência judicial no continente, no Galpão da Quinta da Boa Vista, para tomar o diretor como refém e negociar um salvo-conduto para o México – “tal como havia sido feito, anos antes, com presos políticos trocados pela vida de diplomatas estrangeiros” (IBID., pp. 54-55). Mas “desta vez, a decisão do governo foi outra” (IBID., p. 55): um massacre. “Não posso lembrar daquelas cenas sem ver tudo como espetáculo, exibição de poder” (IBID., p. 55). O fato ganhou a manchete principal de *O Globo*, em 3 de dezembro de 1974. Segundo a reportagem, além do diretor, sete presos morreram e seis ficaram feridos (POLÍCIA..., 1974). Lima fala em “uma dezena de presos – a maioria dos quais sem participação alguma no episódio” (IBID., p. 55).

Essa “exibição de poder” é combinada com uma nova estratégia carcerária: abolir a isonomia da LSN e reafirmar juridicamente a condição de “presos comuns”. Visitas a Ilha Grande são feitas pelo Judiciário e pelo próprio diretor-geral do Desipe, ninguém menos que Augusto Frederico Thompson, autor de *A questão penitenciária* (1976), entre outras obras críticas ao sistema carcerário. A oferta: que fizessem requerimentos individuais pedindo “integração”.

Mas – explicamos – não faríamos os tais requerimentos. Em primeiro lugar, porque cabia aos carcereiros assumir a responsabilidade de seus atos. Em segundo lugar, isolados ou não, continuaríamos a reivindicar, para nós, a extensão de quaisquer direitos que viessem a ser concedidos a pessoas que, afinal, objetivamente, haviam cometido os mesmos crimes que nós – principalmente assaltos a bancos – e estavam enquadradas conosco na mesma lei.

Este era o x da questão. Estávamos nesse momento vivendo mudanças políticas no país. Crescia a possibilidade de revisão da Lei de Segurança Nacional e de anistia aos presos políticos. Paradoxalmente, a quebra do nosso isolamento aparecia agora como uma manobra preparatória para nos excluir dos benefícios jurídicos que viessem a alcançar outros condenados. Era curioso. A isonomia funcionaria plenamente contra nós, na forma de tribunais militares, penas maiores, condições carcerárias mais duras. Mas não funcionaria a nosso favor. O que se passou mais tarde veio confirmar nossas suspeitas: aos presos políticos foi dada anistia, enquanto nós fomos lentamente aniquilados. (LIMA, 1991, p. 58-59).

O enfrentamento com Thompson – que chegou a chamá-los de “cancro” – é exemplar quanto às dificuldades de aproximação, naquele momento histórico, entre perspectivas “críticas” e a posição do coletivo de Lima. No meio dessa negociação improvável, esse grupo decide matar um preso que havia roubado outro e se aliado à quadrilha de presos que “dominava toda a Ilha Grande” (IBID., p. 59). “Que fazer?” – é a pergunta repetida algumas vezes ao longo do livro. Com apoio da imprensa, o “sistema penal” usa o fato para avançar na *repressão*. Eles, então, fazem greve de fome. Sem resultado. O Desipe opera transferências, controla a comunicação com o exterior e impede o acesso a sal, açúcar e água. Já enviado a outra unidade, Néelson morre

após 48 dias sem alimentação. “Que diferença! A greve de fome dos presos políticos tivera a presença de médicos e soro, com ampla divulgação!” (IBID., p. 61).

A maioria do grupo de Lima é novamente transferida a Ilha Grande, onde voltam ao enfrentamento com outros “presos comuns”. Após mais uma tentativa de fuga malsucedida, iniciam uma *guerra* que termina com a morte de seis “quadrilheiros” e a rendição de outros tantos. Inicia-se, aí, uma nova era para o sistema carcerário fluminense.

A repercussão foi enorme em todo o sistema. Em pouco tempo, as regras do antigo Fundão foram sendo adotadas nas cadeias: morte para quem assaltar ou estuprar companheiro; incompatibilidades trazidas da rua devem ser resolvidas na rua; violência apenas para tentar fugir; luta permanente contra a repressão e os abusos. [...] Não se pode falar em tomada geral de consciência política, mas houve organização, ajuda mútua, respeito pelos direitos humanos. Pudemos então permanecer concentrados em nosso ideal: ir embora. (IBID., p. 76 e 79).

E foram. Aos poucos, muitos ganharam liberdade na astúcia. Ou na sorte, como o próprio Lima, em 1980. É nesse momento da narrativa que se pode encontrar uma das descrições mais breves e importantes para a história da “transição democrática”, ou melhor, para a história das últimas quatro décadas brasileiras.

De volta à rua depois de longos anos de sofrimento, eu e alguns companheiros sentimos a necessidade de ajudar quem havia ficado na cadeia. Mais uma vez, um gesto normal de solidariedade não tardou a ser apresentado à opinião pública de forma distorcida: segundo os jornais, formara-se um pacto, pelo qual se destinavam 10% dos assaltos para o financiamento de fugas. Não era essa a única fantasia: falava-se em guerra na Ilha Grande para obter o controle do jogo e do tráfico dentro dos presídios. Ora, todos sabem que comércio algum pode gerar lucros abastecendo uma freguesia miserável. [...] Nem vale a pena morrer por isso.

Nunca houve tal guerra, nem tal pacto, nem a anunciada “falange”, sua patrocinadora. O que se fez foi completamente espontâneo. A ajuda na cadeia nunca ultrapassou aquele mínimo necessário para diminuir a miséria. [...]

Na prisão, “falange” quer dizer um grupo de presos organizados em torno de qualquer interesse comum. Daí o apelido de “falange da LSN”, logo transformada pela imprensa em “Comando Vermelho”. Que eu saiba, essa denominação apareceu pela primeira vez num relatório de fins de 1979, dirigido ao Desipe pelo capitão PM Néelson Bastos Salmon, então diretor do presídio da Ilha Grande. [...]

Estava aberta a temporada de caça contra nós, completamente *demonizados*. As palavras não são inocentes: éramos um comando, o que em linguagem militar denomina o centro ativo, cuja destruição paralisa o inimigo; como se isso não bastasse, éramos também “vermelhos”, adjetivo que desperta velhos e mortais reflexos em policiais e militares. Coincidência ou não, vivera-se o ocaso da guerrilha urbana, fenômeno que deixara na orfandade um aparato repressivo ainda cheio de vigor, desejoso de exibições de força e utilidade. (LIMA, 1991, p. 82-83, grifo nosso).

Nos anos seguintes à anistia dos “presos políticos”, com as organizações “subversivas” desfeitas e novos partidos de esquerda surgindo, Lima e seus amigos ascendem a “inimigos



públicos número um” da *repressão* (IBID., p. 89). E após anos de gestação dentro do sistema carcerário fluminense, essa *guerra* ganha as ruas.

As páginas que seguem narram fugas e mortes, e a presença da PM e da imprensa se intensifica. Uma busca no acervo do jornal *O Globo*<sup>15</sup> mostra que entre fins de 1980 e 1992 aparecem pouco menos de 600 páginas – às vezes com diversas reportagens – citando a “Falange Vermelha” em atividade<sup>16</sup>. É somente a partir de junho de 1986 que o termo “Comando Vermelho” aparece de maneira corriqueira e concomitante nas reportagens, substituindo aos poucos a denominação “original”. A primeira aparição da “Falange”<sup>17</sup> é justamente uma segunda reportagem, de 19 de outubro de 1980, sobre a prisão de Lima, noticiada no dia anterior: “O ladrão de colete era líder no presídio”. E ali está um primeiro esboço da narrativa consensual: “William da Silva Lima e outros presos condenados por assaltos a bancos aprenderam com outros internos, que estavam recolhidos por crimes políticos, muita coisa sobre técnicas de assaltos” (ASSALTANTE..., 1980).

Mas é somente entre fins de março e abril de 1981 que algo importante e aparentemente definitivo acontece. Em 31 de março, uma reportagem fala de uma operação policial de busca por “bandidos” da tal “Falange” no Morro do Adeus, em Bonsucesso. Encontraram “granadas, fuzis, escopetas e outras armas de grosso calibre, grande quantidade de munição, meio quilo de cocaína e dois quilos de maconha” (PRESOS..., 1981).

O boato logo começou a circular, levando mais de cem pessoas – jornalistas, policiais, curiosos – a cercar o camburão que no dia 30 de março estacionou em frente ao prédio da Secretaria de Segurança. Lá dentro, dizia-se, estavam diversos integrantes do famigerado comando. Não era verdade. Mas, havendo fumaça, havia fogo. (LIMA, 1991, p. 87).

Em mais uma operação, dessa vez em Realengo, Zé Saldanha e Baianinho escapam. Em 5 de abril, *O Globo* dedica a manchete principal da capa e mais três páginas inteiras à tentativa de prisão dos dois. O evento é chamado de “Dez horas de batalha na Ilha”. Baianinho morreu no início. Mas, para matar Saldanha, a operação mobilizou, segundo a reportagem, “300 homens da

15 Entre os resultados da busca, apareceu a minissérie *Bandidos da Falange*, de Aguinaldo Silva e Doc Comparato, que estreou em 10 de janeiro de 1983. O vídeo completo, em quatro episódios, pode ser visto em: <https://www.youtube.com/watch?v=Uu8g7Q-oW2s>. Acesso em: 25 out. 2020.

16 A última reportagem sobre a Falange Vermelha em atividade trata de sua presença em São Paulo (BANDIDOS..., 1992).

17 É bom registrar que, na medida em que não se trata de pesquisa de acervo impresso, os resultados dependem do próprio processo de digitalização e codificação de arquivos do jornal *O Globo*. Portanto, pode haver outras reportagens não registradas no site (<https://acervo.oglobo.globo.com/>).

Polícia Civil e 100 da Polícia Militar contra um homem”, sendo utilizados “milhares de tiros de escopetas, metralhadoras, revólveres, dezenas de bombas de gás lacrimogêneo e três granadas Odete, consideradas umas das mais potentes entre os armamentos modernos” (MORTOS..., 1981). Mais à frente, o texto relata o uso de um helicóptero e de uma bazuca e a estratégia de incendiar o prédio onde estava Saldanha. Foram *quatrocentos* homens bem armados *contra um*. Três policiais morreram e seis ficaram feridos.

Após isso, as semanas seguem com reportagens diárias sobre prisões e informações a respeito dos membros da “Falange Vermelha” (às vezes chamada de “Comando”). Nos dias seguintes, já se fala na compra de “armas modernas” para as polícias (GENERAL..., 1981a; EXÉRCITO..., 1981), da criação de 2,6 mil “vagas de emergência” no sistema carcerário do Rio de Janeiro (43% a mais do que havia no momento) e da contratação de 300 guardas penitenciários (37% a mais) (PRESÍDIOS..., 1981). Alguns meses depois, o assunto é a “seleção rigorosa” de 3 mil policiais (GENERAL..., 1981b).

Lima ainda registra uma resposta à intensificação do terror carcerário via “direitos humanos”: uma visita da Anistia Internacional, que, num relatório de 1982, “registrou ocorrência de torturas praticadas por uma administração [do presídio de Ilha Grande] que seria afastada e processada por abuso de poder” (LIMA, 1991, p. 93) – nada que tenha obtido efeitos duradouros. Por outro lado, a resposta de Lima à *caça* aos seus *companheiros* parece, historicamente, certa a respeito do futuro e desloca completamente o entendimento sobre a realidade carcerária e criminal.

O que eles chamavam de “comando vermelho” não poderia ser destruído facilmente: não era uma organização, *mas, antes de tudo, um comportamento, uma forma de sobreviver na adversidade*. O que nos mantinha vivos e unidos não era *nem uma hierarquia, nem uma estrutura material, mas sim a afetividade* que desenvolvemos uns com os outros nos períodos mais duros das nossas vidas. Mas como fazer nossos carcereiros (ou mesmo a sociedade) acreditarem nisso? (LIMA, 1991, p. 84, grifos nossos).

## DEMONIZAÇÃO E AFETIVIDADE

Através dessa narrativa, Lima explicita e dá relevância a dois acontecimentos que, no fim, podem ser percebidos como decisivos para uma genealogia das relações de poder<sup>18</sup> que

<sup>18</sup> No sentido bem conhecido dado por Foucault (1975), que acompanha a formação de saberes e modos de

constituem a *repressão* – e não somente o sistema carcerário. O primeiro é composto por dois momentos quase concomitantes. Por um lado, pela convergência entre estratégias atribuídas aos dois agentes centrais à grande narrativa da ditadura militar: a própria ditadura – e sua estratégia jurídica e policial de exceção (a LSN, o DOI-CODI e as prisões) – e os coletivos até hoje reconhecidos como uma das principais forças da resistência considerada como “política” no período. Por outro lado, há a *revolução cultural* dos presos *proletários*, uma “mudança de valores” que pode ser considerada “completamente coetânea, imanente à ação política” (BARBOSA, 2019, p. 129) e promove um “novo regime de visibilidade ‘prisoneira’” (IBID., p. 128).

O segundo acontecimento é a transformação da *repressão*. Transformação que se dá, segundo Lima, não por um grande processo estrutural político e econômico, mas como resposta imediata à *revolução cultural* protagonizada por presos que insistiam na reivindicação legalista e coletivista de isonomia com os chamados “presos políticos”. Resposta cujo processo é narrado cuidadosamente em sua diversidade tática: propor requerimentos individuais de “integração”; massacrar rebeliões com um novo grau de brutalidade; deixar presos morrerem de fome; aumentar o “controle” e o “isolamento”; transferir “lideranças”; intensificar operações policiais nas favelas; e, enfim, definir um novo “inimigo público número um”. Tudo isso atravessado por um elemento central: o “acirramento do ódio” da parte dos “agentes da repressão”.

O que Lima parece descrever é a invenção de um dispositivo de “crime organizado”, no sentido de uma maquinaria micropolítica difusa, feita por uma rede de discursos, agências, instituições, materiais e táticas de poder, que produz novos regimes de enunciação e de visibilidade (FOUCAULT, 1976; DELEUZE, 2005). Se em 1969, o “delírio” carcerário-policial-jornalístico era com a “Célula Comunista Encouraçado Potemkin” na Lemos de Brito, de 1979 em diante ele se desloca para a “Falange” ou “Comando Vermelho”, espalhada pelo sistema carcerário e pelas ruas e favelas do Rio de Janeiro.

Trata-se de um dispositivo cuja invenção talvez não possa ser atribuída nem à ditadura, nem à democracia, ou seja, a nenhum regime macropolítico bem diferenciado. Algo que coloca em questão nada menos do que a preocupação posterior, entre intelectuais e alguns movimentos sociais, com os “resquícios” ditatoriais presentes no período democrático. Uma nova maquinaria difusa nascida do encontro entre um “aparato repressivo”, “na orfandade” – mas “ainda cheio de vigor, desejoso de exibições de força e utilidade” (LIMA, 1991, p. 83) –, com uma força coletiva igualmente difusa e voltada, acima de tudo, à *liberdade*. Dispositivo de *demonização* de

---

subjetivação.

presos, considerados ainda mais perigosos na medida em que são descritos como “organizados” por uma herança de saberes “subversivos” e “terroristas”. Dispositivo que, sob o signo do “crime organizado” e avermelhado, veio ao mundo demandando a expansão da aparelhagem carcerária e policial: ampliação de vagas em unidades prisionais, aumento do quantitativo de policiais e modernização dos armamentos, como se nota pelas reportagens publicadas após o acontecimento que dá nome ao livro. Dispositivo que simultaneamente redefiniu procedimentos de vigilância, convertendo em ordinárias e espetaculares as operações policiais nas favelas; reaproveitou o mapeamento de organizações subversivas para uma nova produção de organogramas; e institucionalizou na gestão carcerária a necessidade de identificação e isolamento de “lideranças” criminais. Enfim, talvez extrapolando um pouco a própria narrativa de Lima, no exato período histórico de reinvenção da categoria “trabalhadores” no Brasil, a nova maquinaria expandia, intensificava e dava um novo tom de urgência a um velho regime de visibilidade que, por uma segmentação dura e binária, interpela as vidas individuais e coletivas faveladas, periféricas e carcerárias segundo uma oposição entre “trabalhadores” e “bandidos” – a qual, nunca é demais pontuar, opera sempre interseccionalmente, através de um agenciamento racista e generificado nem sempre enunciado<sup>19</sup>.

Mas não é somente a invenção desse dispositivo de “crime organizado” e de *demonização* que faz da sociologia de Lima uma aliada poderosa. Há aquilo que, segundo o próprio Lima, “não poderia ser destruído facilmente”: nem “consciência política”, nem “organização”, nem “hierarquia” – elementos cujas presenças não são de todo negadas –, mas sim uma *afetividade*. Esta seria como um “fundo relacional” (BARBOSA, 2019, p. 215) que daria sustentação a um *comportamento*, a uma *forma de sobreviver na adversidade*. Já sabemos bem que, no Brasil, o crime e seus coletivos não podem ser facilmente definidos como organizações hierarquizadas ao estilo empresarial e militar (BARBOSA, 1998; BIONDI, 2018). Mas as relações mediadas por “afetos” estiveram muito longe de ser consideradas pelos estudos sobre crime e prisão um elemento central para a interpretação das relações que dão forma aos coletivos criminais ou

---

19 Sem querer oferecer uma contextualização externa à narrativa de Lima, é interessante cruzá-la com a genealogia da segurança pública proposta por Marques (2018). Este nos conta como, naquele exato período histórico (ainda que talvez não no mesmo momento), o sistema carcerário era objeto de um debate acadêmico-político intenso que ia desde as condições de possibilidade da criminalidade às possibilidades e impossibilidades de reformas prisionais, passando pela necessidade de ouvir as palavras de pessoas presas. Foge, no entanto, da proposta deste ensaio “desenvolver de forma historiográfica as matizes e nuances da emergência e proveniência do conceito de ‘crime organizado’” (MARQUES, 2018, p. 187), tal como sugerido por um dos pareceres ao texto. O que não significa que esse não seja um desafio extremamente relevante (e tentador) que parece, salvo engano, não ter sido realizado. O que se oferece aqui é, espera-se, mais um referencial minoritário, ao lado de outros tantos estudos sobre coletivos criminais, para que a execução dessa tarefa escape à perspectiva majoritária sobre o tema.

mesmo para os experimentos com o pensamento de pessoas neles imersas<sup>20</sup>. Talvez não seja por acaso que essas relações apareçam de maneira central em pesquisas brasileiras sobre mulheres presas (por exemplo, PADOVANI, 2018; BUMACHAR, 2016). Trata-se, afinal, de uma noção comumente feminilizada e absolutamente contraintuitiva para tratar de um universo de relações entre homens, principalmente homens presos e negros, imaginados como portadores de uma masculinidade rígida, viril, homofóbica e violenta.

A *afetividade* encontra, no texto de Lima, o estatuto de um conceito sociológico capaz de explicar o que *mantém vivas e unidas* pessoas em situação de *adversidade* extrema, dentro de um *sistema* que incita a desunião e promove a morte. Uma sociologia da coesão que não remete a uma força transcendental ou a uma consciência coletiva – como faz uma velha tradição sociológica ocidental (DURKHEIM, 2007). É também uma sociologia da ação que não explica o engajamento coletivo em virtude de qualquer tipo de identidade, seja ela sustentada por condições materiais de existência, seja pelo compartilhamento de sentidos ou de uma cultura comum – tal como o fazem outras velhas tradições ocidentais (MARX e ENGELS, 2005; WEBER, 1992) e a sociologia que analisou os novos movimentos sociais que emergiram no mesmo período histórico tratado por Lima (SADER, 1988; TOURAINE, 1985). É essa *afetividade*, enfim, que sustenta a *luta* por um objetivo resumido em uma palavra tão cara à cosmologia ocidental moderna e sua democracia e carregada, nas palavras do autor, de um sentido tão distinto e próprio aos homens e mulheres perseguidos pela *repressão*: a *liberdade*. Palavra utilizada mais de 20 vezes no livro, num sentido sempre relativo ao cárcere, como sua negação. Liberdade como uma *condição* de vida pela qual se espera e se luta; sobre a qual se pensa e se conversa; que se perde e para a qual se retorna; uma condição de vida de natureza temporária e frágil (uma “fase”). Mas também um “sentimento” de profunda alegria e potência – “uma paixão que arde” (LIMA, 1991, p. 30)<sup>21</sup>, fortalecida pelo *sofrimento*.

\*

20 São muitos os estudos espalhados pelo Brasil sobre coletivos e experiências criminais e prisioneiras que poderiam ser aqui citados. Limite-me a alguns que inspiraram mais diretamente e mantiveram viva a ideia deste ensaio: Barbosa (1998), no Rio de Janeiro; Vieira (2014), em Santa Catarina; Marques (2014), Biondi (2018), Hirata (2018) e Feltran (2018), em São Paulo (onde houve intensa dedicação ao PCC); Siqueira e Paiva (2019), no Amazonas; e Rodrigues, Silva e Santos (2020), em Alagoas. Mesmo assim, a “afetividade” ou algo aproximado tiveram muita pouca atenção. Por exemplo, a noção de “amizade”, tão central para o crime no Rio de Janeiro e bem analisada por Barbosa (1998), aparece carregada de um sentido – o de aliança – muito pouco afetivo, por assim dizer. Por sua vez, a atenção de Rodrigues, Silva e Santos (2020) aos sentidos de “família”, incluindo “redes de proteção socioafetivas” e extrapolando o universo feminino, nos convida a um diálogo bastante produtivo com Lima.

21 Essa última citação refere-se a trecho de um poema de André Borges, vencedor do I Festival de Música e Poesia do Sistema Penitenciário do Estado da Guanabara. A data não é explicitada, mas “1968 batia às portas” (LIMA, 1991, p. 29-30).

Lima foi preso antes de publicar o livro. Se não me equivoco, foi mantido preso até 2006, quando, numa “saidinha” de Dia das Mães, fugiu de novo, merecendo mais uma reportagem e a reiteração de seu lugar de “chefão” do “crime organizado” (ANTIGOS..., 2006). No lançamento do filme *400 contra 1* (SOUZA, 2010), estava ainda ou novamente *na clandestinidade*, e a reportagem não perdoa: descreve-o como “foragido após ter sido beneficiado pelo regime semiaberto” (BARROS, 2010). Somente em 2012, o discurso jornalístico da *repressão* o deixa em paz, fato expresso numa pequena nota de uma coluna cultural que conta que ele estava em liberdade, “à procura de editor para suas memórias” (GOIS, 2012). Em 2016, finalmente participou do lançamento de uma nova edição de seu livro.

**Figura 1.** Lançamento do livro *Quatrocentos contra um: uma história do Comando Vermelho*, na Livraria Cultura – Cine Vitória, em 16 de setembro de 2016. (GOUVEIA, 2016)



Fonte: Tiago Nascimento (2016).

## REFERÊNCIAS

1. **400 CONTRA 1 – uma história do crime organizado.** Direção: Caco Souza. Produção: Edu Felistoque, Cintia Helena Rodrigues. Intérpretes: Daniel de Oliveira, Branca Messina, Daniela Escobar, Fabrício Oliveira. Rio de Janeiro: Globo Filmes, 2010. DVD, Globo Filmes, 2010.
2. ANTIGOS chefões de volta às ruas. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano LXXXI, n. 26.633, 8 jul. 2006. Rio, p. 14. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=200020060708>. Acesso em: 2 out. 2020.



3. ASSALTANTE de colete era líder no presídio. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano LVI, n. 17.163, 19 out. 1980. Grande Rio, p. 16. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=198019801019>. Acesso em: 2 out. 2020.
4. BANDIDOS da Falange são mortos em São Paulo. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano LXVIII, n. 21.440, 4 ago. 1992. O País, p. 8. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=199019920804>. Acesso em: 2 out. 2020.
5. BARBOSA, Antonio Rafael. **Um abraço para todos os amigos**: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Niterói: EdUFF, 1998.
6. BARBOSA, Antonio Rafael. Política e moral nas prisões brasileiras. **Tempo social**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 121-140, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.162523>. Acesso em: 06 jul. 2022.
7. BARROS, Jorge Antonio. Contra a glamourização do crime. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano LXXXVI, n. 28.123, 6 ago. 2010. Rio Show, p. 10. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020100806>. Acesso em: 2 out. 2020.
8. BIONDI, Karina. **Proibido roubar na quebrada**: território, hierarquia e lei no PCC. São Paulo: Terceiro Nome, 2018.
9. BUMACHAR, Bruna. **Nem dentro, nem fora**: a experiência prisional de estrangeiras em São Paulo. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.
10. CANDOTTI, Fabio Magalhães. **Em defesa da juventude**: a participação como meio de governo. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.
11. CANDOTTI, Fabio Magalhães. 1992 – A via gangsta. **Áskesis**, São Carlos, v. 1, n. 1, p. 126-141, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.46269/1112.441>. Acesso em: 07 jul. 2022.
12. CANDOTTI, Fabio Magalhães. “Quando a massa erra, o Estado avança”: notas sobre transformações carcerárias e criminais em Manaus. **Revista Tomo**, Sergipe, n. 40, p. 197-241, 2022. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/16790>. Acesso em: 07 jul. 2022.
13. “COMANDO” se transforma numa máfia. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano LXVI, n. 20.913, 24 fev. 1991. Grande Rio, p. 26. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=199019910224>. Acesso em: 02 out. 2020.
14. DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
15. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. 1933 – Micropolítica e segmentaridade. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996. p. 76-106. v. 3.

16. DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
17. FELTRAN, Gabriel. **Irmãos: uma história do PCC**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
18. FERNANDES, André. Morre o poeta e escritor William da Silva Lima, o professor. **Agência de Notícias das Favelas**, Rio de Janeiro, 01 ago. 2019.
19. FOUCAULT, Michel. **Surveiller et Punir – naissance de la prison**. Paris: Gallimard, 1975.
20. FOUCAULT, Michel. **Histoire de la sexualité – la volonté de savoir**. Paris: Gallimard, 1976.
21. FOUCAULT, Michel. É inútil se revoltar?. **Ditos e Escritos IV**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2004.
22. GENERAL Muniz volta a pedir armas modernas. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano LVI, n. 17.328, 6 abr. 1981a. Grande Rio, p. 19. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=198019810406>. Acesso em: 2 out. 2020.
23. GENERAL: seleção rigorosa evitará bandidos na PM. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano LVI, n. 17.407, 24 jun. 1981b. Grande Rio, p. 11. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=198019810624>. Acesso em: 2 out. 2020.
24. GODOI, Rafael. **Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos**. São Paulo: Boitempo, 2017.
25. GOIS, Ancelmo. História do crime. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano LXXXVII, n. 28.655, dia mês ano. Rio, p. 16. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020120120>. Acesso em: 02 out. 2020.
26. GOUVEIA, Julianne. 400 X 1 é lançado pela ANF Produções. **Agência de Notícias das Favelas**, Rio de Janeiro, 16 set 2016. Disponível em: <https://www.anf.org.br/400-x-1-e-lancado-pela-anf-producoes/>. Acesso em: 02 out. 2020.
27. HIRATA, Daniel. **Sobreviver na adversidade: mercados e formas de vida**. São Carlos: EdUFSCar, 2018.
28. INGOLD, Tim. **Being Alive: essays on movement, knowledge and description**. New York, Routledge, 2011.
29. JOCENIR. **Diário de um detento: o livro**. São Paulo: Labortexto Editorial, 2001.
30. JORNAL dos detentos é meio de comunicação com o mundo livre. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XLVI, n. 13.585, p. 5, 19 ago. 1970. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019700819>. Acesso em: 2 out. 2020.

31. LIMA, William da Silva. **Quatrocentos contra um** – uma história do Comando Vermelho. 1 ed. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Iser, 1991.
32. LIMA, William da Silva. A volta. *In*: LIMA, William da Silva. **Quatrocentos contra um** – uma história do Comando Vermelho. 2. ed. São Paulo: Labortexto Editorial, 2001. p. 123-135.
33. MALLART, Fábio. **Findas linhas**: circulações e confinamentos pelos subterrâneos de São Paulo. Lisboa: Etnográfica Press, 2021.
34. MALLART, Fábio; RUI, Taniele. Cadeia ping-pong: entre o dentro e o fora das muralhas, **Ponto Urbe**, n. 21, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.3620>. Acesso em: 06 jul. 2022.
35. MARQUES, Adalton. **Crime e proceder**: um experimento antropológico. São Paulo: Alameda, 2014.
36. MARQUES, Adalton. **Humanizar e expandir**: uma genealogia da segurança pública em São Paulo. São Paulo: IBCCRIM, 2018.
37. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
38. MORTOS três policiais na luta contra bandido da “Falange”. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano LVI, n. 17.327, 5 abr. 1981. Grande Rio, p. 9. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=198019810405>. Acesso em: 2 out. 2020.
39. PADOVANI, Natália Corazza. **Sobre casos e casamentos**: afetos e amores através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona. São Carlos: EdUFSCar, 2018.
40. POLÍCIA domina motim no presídio. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano L, n. 15.040, pp. 1 e 10, 3 dez. 1974. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019741203>. Acesso em: 2 out. 2020.
41. PRESÍDIOS terão mais 2,6 mil vagas de emergência. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano LVI, n. 17.332, 10 abr. 1981. Grande Rio, p. 11. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=198019810410>. Acesso em: 2 out. 2020.
42. PRESO ladrão que ateou fogo à cabina de banco. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano LVI, n. 17.162, 18 out. 1980. Grande Rio, p. 15. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=198019801018>. Acesso em: 02 out. 2020.
43. PRESOS quatro da “Falange” com bombas, fuzis e escopetas. **O Globo**, ano LVI, n. 17.322, 31 mar. 1981. Grande Rio, p. 11. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=198019810331>. Acesso em: 2 out. 2020.
44. RODRIGUES, Fernando de Jesus; SILVA, Ada Rízia; SANTOS, Alana Barros. Notas sobre redes de proteção: facção, família e crime em periferias urbanas de Alagoas.

- Diversitas Journal**, Maceió, v. 5, pp. 2.297-2.316, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v5i3-1226>. Acesso em: 06 jul. 2022.
45. SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.
46. SENHORA Liberdade. Direção: Caco Souza. Produção: Décio Rodrigues. Intérpretes: William da Silva Lima. Rio de Janeiro: [s. n.], 2004. Disponível em: <https://vimeo.com/36228677>. Acesso em: 07 jul. 2022.
47. SIQUEIRA, Ítalo Barbosa Lima; PAIVA, Luís Fábio Silva. “No Norte, tem Comando”: as maneiras de fazer o crime, a guerra e o domínio das prisões do Amazonas. **Revista Brasileira de Sociologia**, cidade, v. 7, n. 7 p. 125-154, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.486>. Acesso em: 06 jul. 2022.
48. SOLJENITSIN, Aleksandr. **Arquipélago Goulag**. São Paulo: Carambaia, 2019.
49. TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.
50. TOMADA de poder na verdade seria aliança entre facções, diz áudio que teria sido gravado no Compaj. **Portal Marcos Santos**, Manaus, 10 fev. 2020. Disponível em: <https://www.portalmarcossantos.com.br/2020/02/10/tomada-de-poder-na-verdade-seria-alianca-entre-faccoes-diz-audio-que-teria-sido-gravado-no-compaj/>. Acesso em 02 out. 2020.
51. TOURAINE, Alain. **O retorno do actor**. Lisboa: Instituto Piaget, 1985.
52. THOMPSON, Augusto. **A questão penitenciária**. Petrópolis: Vozes, 1976.
53. VIEIRA, Danielli. **Correndo pelo certo, vivendo no crime**: moral, subjetivação e comensurabilidade na experiência de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. 2014. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.
54. WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**: parte 2. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

*Fabio Magalhães Candotti*

Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas. Coordenador do grupo de pesquisa ILHARGAS – Cidades, Políticas e Violências e do projeto de extensão Informações sobre Encarceramento no Amazonas. Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6399-6042>. E-mail: [fmcandotti@gmail.com](mailto:fmcandotti@gmail.com)